

## Presença massiva de ministros e de importantes titulares de órgãos públicos na Comissão Política da Frelimo mata o Estado e destrói a possibilidade de prestação contas

- E faz a CP deixar de ser um órgão de liderança política para passar a ser um instrumento de protecção de corruptos e de perpetuação de impunidade



**D**e entre os membros da Comissão Política (CP) do partido Frelimo, eleitos no XII Congresso havido em Setembro de 2022, temos quatro ministros<sup>1</sup>. Trata-se de Celso Correia, Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), e principal rosto do actual Governo do Presidente da República, Filipe Nyusi; Verónica

Macamo, Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação; Margarida Talapa, Ministra do Trabalho e Segurança Social e Nyeleti Mondlane, Ministra do Género e Acção Social.

O facto de haver ministros na CP da Frelimo mata o Estado, destrói possibilidades de prestação de contas e retira da CP a possi-

bilidade de ser um órgão de liderança política para passar a ser um instrumento de protecção de corruptos e de perpetuação da impunidade. Mas não é só a presença de ministros que mata o Estado. Na actual CP temos a presidente da Assembleia da República (Esperança Bias) e Amélia Muendane (presidente da Autoridade Tributária).

<sup>1</sup> <https://www.jornaldomingo.co.mz/politica/eleitos-membros-da-comissao-politica/>

A Frelimo é um partido dominante que controla o Estado e as suas instituições. Sendo a CP o mais importante órgão no intervalo entre as sessões do Comité Central, cuida do dia-a-dia deste partido, no poder desde a independência, e do Estado.

Através do controlo que exercem sobre o Estado, por via dos assentos que ocupam na CP, ministros e outros titulares de cargos públicos metamorfoseiam-se em intocáveis, delapidam o erário público e usam o Estado para agendas pessoais e de grupos, com garantia de impunidade.

Um dos exemplos paradigmáticos de alguém que ao longo dos tempos está a transformar o Estado numa espécie de propriedade privada é o ministro da Agricultura que, embora tenha chegado à CP só em 2022, já controlava o Estado por via da relação de proximidade que tem com o PR.

Celso Correia gere desde o primeiro mandato de Nyusi um dos principais canais governamentais de recepção da ajuda externa do Banco Mundial depois do corte do apoio directo ao Orçamento de Estado (OE) devido ao escândalo das dívidas ocultas. Trata-se do Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS) que durante o primeiro mandato estava hospedado no extinto Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER). Quando Correia sai de MITADER, em 2020, para o MADER, levou consigo um dos principais sacos azuis do sistema, o FNDS.

Em 2017, quando o FNDS ainda estava no extinto MITADER, o BM estava a injectar perto de 200 milhões de dólares nos projectos geridos pela instituição, através de subvenções, fundos fiduciários globais, empréstimos concessionais, pagamentos baseados no desempenho e constituição de um novo Fundo Fiduciário de Doadores Múltiplos e Específico para Moçambique. O Fundo tinha uma actuação transversal que englobava energia rural, finanças rurais, água rural, estradas rurais, tecnologia rural, conservação, aterros (sanitários e industriais), novas centralidades, ordenamento do território, mudanças climá-

ticas, terras, florestas e ambiente. Do ponto de vista prático pouco ou nada foi feito. Celso Correia usou parte do dinheiro para alimentar redes de clientelismo e cimentar a sua influência no Governo de Filipe Nyusi e no partido Frelimo. Na altura inventou a propalada “operação tronco” que foi um fiasco. Liderou o processo de encerramento da lixeira de Hulene e a construção do aterro de Matlemele<sup>2</sup>, mas também não deu em nada.

No MADER, Celso Correia inventou o projecto SUSTENTA que contribuiu para a elaboração de um relatório mentiroso que dá conta de que os moçambicanos têm três refeições por dia. Era tudo mentira. O Tribunal Administrativo mostrou em relatórios de auditoria que o FNDS não passava de um saco azul.<sup>3</sup> Mas nada aconteceu ao super-ministro e nada acontecerá, pelo menos enquanto controlar o partido.

Em finais do mês de Novembro de 2022, o Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC) da Zambézia apresentou, na cidade de Quelimane, dois funcionários do Estado detidos no Estabelecimento Penitenciário da Província da Zambézia por indícios de envolvimento no tráfico de drogas. Trata-se de um professor da Escola Secundária Bonifácio Gruveta, posto administrativo de Macuse, distrito de Namacurra, e de um tenente das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, afecto na Base Naval de Macuse.

Além dos dois detidos, as autoridades (SERNIC) suspeitam que estejam envolvidas no tráfico de drogas algumas personalidades, incluindo um deputado da AR, eleito pelo círculo eleitoral da Zambézia. Para se apurar a veracidade dos factos, a Comissão Permanente da AR constituiu uma Comissão Parlamentar de Inquérito, depois de o assunto ter sido levado ao plenário da Assembleia da República. A CPI, que era liderada por um deputado da Frelimo e constituída majoritariamente por deputados daquele partido, concluiu que não havia envolvimento de nenhum deputado no escândalo. Mas antes de a CPI ir ao terreno, o SERNIC na Zambézia

veio negar que tenha dito que havia um deputado envolvido no caso.

Ora, o que é estranho nisto é que um grupo de 23 deputados da Frelimo pelo círculo eleitoral da província da Zambézia decidiu mover um processo disciplinar contra um deputado do mesmo partido e do mesmo círculo eleitoral. Trata-se do antigo porta-voz da Frelimo, Caifadine Manasse. Caifadine Manasse é acusado de ter denunciado cinco colegas seus, deputados pelo círculo eleitoral da Zambézia, como sendo os “barões de droga” no porto de Macuse, na província da Zambézia. Trata-se de Hélder Injonjo (primeiro vice-presidente da Assembleia da República), Damião José (ex-porta-voz da Frelimo), Momade Juízo, Sábado Chombe e Deolinda Chochoma. Os cinco deputados fazem parte dos 23 que moveram o processo contra Caifadine Manasse.

Inconformado com o processo disciplinar que culminou com o seu afastamento, Caifadine Manasse levou os seus pares (23 deputados) à justiça, exigindo a reposição da verdade, no âmbito do processo cujos termos correm na Procuradoria-Geral da República, tendo já sido ouvido no dia 15 de Agosto.

O processo movido por Caifadine Manasse está a andar. O mesmo não se pode dizer do caso da droga apreendida em Macuse. A PGR está num silêncio ensurdecido sobre o assunto.

O indivíduo indiciado como barão da droga é, do ponto de vista prático, das pessoas mais importantes na hierarquia do Estado. É um primeiro vice-presidente da AR<sup>3</sup>. Na ausência da presidente da AR, quem dirige as sessões é o vice-presidente. Entre os deputados que Caifadine Manasse leva à Justiça estão membros da CP.

Estes são alguns exemplos de como a presença de ministros e titulares de órgãos públicos na CP mata o Estado, destrói possibilidades de prestação de contas e retira da CP a possibilidade de ser um órgão de liderança política para passar a ser um instrumento de protecção de corruptos e de perpetuação da impunidade.

## Captura da AT pela Frelimo

Na reunião da CP havida no dia 26 de Fevereiro, a Frelimo nomeou o Primeiro-Ministro, Adriano Maleiane, e o Ministro da Economia e Finanças, Max Tonela, para liderarem a Área de Finanças e Logística do Gabinete Central de Preparação de Eleições, que terão lugar no próximo dia 9 de Outubro<sup>4</sup>.

A indicação dos dois dirigentes significa, do ponto de vista prático, abandono das suas tarefas de servir o Estado e o povo para se dedicarem a agendas partidárias durante o resto do mandato de Filipe Nyusi. Isto é grave e não devia acontecer. Mas existe algo mais grave, ainda que provavelmente tenha passado despercebido em 2022.

É a presença de Amélia Muendane na AT. Embora não exista lei que impeça, do ponto de vista ético e moral, é censurável. Isto revela grande promiscuidade e captura da AT pela Frelimo. Da lista dos novos chefes das brigadas de assistência às províncias, Amélia Muendane vai trabalhar em Cabo Delegado.

<sup>2</sup> <https://www.voaportugues.com/a/populacao-reprova-a-construcao-aterro-sanitario/4488064.html>

<sup>3</sup> <https://evidencias.co.mz/2023/07/25/fnds-e-um-saco-azul-e-chega-a-executar-projectos-sem-aval-do-banco-mundial/>

<sup>4</sup> <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Detencao-de-funcionaria-do-Ministerio-da-Justica-com-droga-na-India-reforca-estatuto-de-Mocambique-co-mo-pais-de-transito-e-consumo-de-droga-com-a-proteccao-do-Estado.pdf>

# Morte da Escola da Frelimo e a selecção dos candidatos para as autarquias

As últimas eleições autárquicas vieram de entre várias coisas mostrar que a Frelimo está a atravessar uma fase de crise do ponto de vista de produção de quadros de qualidade. O processo de selecção dos candidatos para as autarquias veio provar esse facto. Na maioria das autarquias, a Frelimo apostou em empresários e servidores públicos, alguns sem carreira e nem formação política. São indivíduos alguns dos quais desprovidos de valores e princípios. Isto tem que ver com a falta de formação por

parte das Escolas deste partido. Em 2017, Filipe Nyusi exonerou Arlindo Chilundo do cargo de director da Escola Central da Frelimo e para o seu lugar nomeou Louis Pelembe. O edifício da Escola Central da Frelimo já não forma. Parece que só funciona para os grandes eventos deste partido, o que sinaliza o fim da política neste partido. As escolas políticas são importantes na formação de quadros para os órgãos do partido e das organizações sociais, a partir dos secretários das células, círculos, zonas, dis-

tritos, províncias e todas as outras formações julgadas necessárias, para depois servirem o Estado. A Frelimo já fez isso, mas hoje já não faz, principalmente no mandato de Nyusi. A Tanzânia, através do partido Chama Cha Mapinduzi está a ser uma referência nesse aspecto, onde a escola do partido tem um papel de recrutar jovens e os preparar<sup>5</sup> para funções de Estado, com valores e princípios. A solidez e a disciplina do Estado tanzaniano morreram com Nyusi.

<sup>5</sup> <https://www.jornaleme.ao/jovens-recebem-formacao-sobre-lideranca-partidaria/>



*Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.*

*Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.*

## INFORMAÇÃO EDITORIAL:

**Propriedade:** CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Autor:** CDD  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
 Telefone: +258 21 085 797

**Twitter:** CDD\_moz  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** <http://www.cddmoz.org>

## PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

